

## CARTA POLÍTICA #200

---

30 de Abril de 2020

*“É repetição das bobagens do Geisel combinadas com as bobagens da Dilma... Isso virou uma coisa muito perigosa. Uma das poucas coisas boas que esse maluco [Bolsonaro] fez foi dar um pouco de apoio ao Guedes para executar o que ele está fazendo”.*

*(Delfim Netto, sobre o plano Pró-Brasil)*

Das opções com as quais Bolsonaro se deparou após os eventos da semana passada, optou por dialogar com os deputados do “Centrão” e manter a estabilidade. A diminuição das tensões, apesar do equilíbrio frágil, é visível. Rodrigo Maia rompeu o silêncio ao longo da semana apenas para discutir suas expectativas para a agenda legislativa, se abstendo de comentar sobre as declarações do Presidente. Líderes partidários, até entre a oposição, rechaçam a possibilidade de impeachment – ao menos por ora.

Os temores quanto a uma eventual guinada estatizante do governo também foram afastados, com o recuo do Planalto a respeito do plano Pró-Brasil e o forte voto de confiança concedido a Paulo Guedes pelo Presidente. O ministério, em uníssono, chancelou seu suporte ao ministro da Economia, que voltou a reiterar que as convicções liberais do governo seguem intactas, estando apenas em compasso de espera enquanto se manifestarem os efeitos da pandemia na economia.

No mais, o Presidente nomeou a André Mendonça como o novo Ministro da Justiça, vindo da AGU, e novo favorito a uma vaga no Supremo. Bolsonaro também nomeou Alexandre Ramagem como diretor geral da PF, mas o ministro Alexandre de Moraes acatou pedido de anulação feito pelo PDT, com base em alegação de desvio de finalidade. Abriu-se então uma nova possibilidade de crise institucional, com o Presidente acusando o Supremo de interferência no Executivo.

A Câmara deve votar, já em dois turnos, a PEC do Orçamento de Guerra na próxima semana. As perspectivas são de aprovação, mantidos os poderes ampliados do Banco Central. O projeto de auxílio aos Estados e municípios está nas mãos do Senado. Deve ser aprovado, com a ressalva de que se congelem promoções e aumentos de salários do funcionalismo público até 2021. O governo editou também uma MP que diminui os trâmites burocráticos necessários para a venda de ativos em posse da União, com vias de abater a dívida pública. Por fim, a PEC Emergencial deve caducar, segundo Mourão. Uma nova solução terá que ser encontrada, provavelmente após as eleições municipais.